

# Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

**Como citar:** PASSOS, R. D. F. Hegemonia Internacional no Século XXI em Perspectiva Gramsciana: um Esboço sobre o Papel Dirigente das Classes e Grupos Sociais. *In:* PASSOS, R. D. F.; VIEIRA, N. R.; SIMONETTI, M. C. L. (org.). **Relações internacionais contemporâneas: novos protagonistas e novas conjunturas.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 93-112.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p93-112>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CAPÍTULO 5

## HEGEMONIA INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI EM PERSPECTIVA GRAMSCIANA: UM ESBOÇO SOBRE O PAPEL DIRIGENTE DAS CLASSES E GRUPOS SOCIAIS

*Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos*

### 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é apresentar uma abordagem alternativa e mais rigorosa em conformidade com a elaboração da categoria de hegemonia do comunista italiano Antonio Gramsci (1891-1937) nas relações internacionais com o foco no papel dirigente das classes e grupos sociais e algumas possibilidades no escopo do século XXI. A linha de argumento que será percorrida neste texto contemplará um breve balanço sobre uma abordagem que se pretende gramsciana no temário internacionalista – a de Robert W. Cox, cientista político canadense –, uma breve definição do conceito de tradução, de sociedade civil e, por último, a noção de hegemonia e as potencialidades de sua aplicação no contexto internacional com vistas à compreensão do papel dirigente das classes e grupos sociais com uma breve reflexão sobre a perspectiva a respeito dos grupos subalternos no âmbito da conjuntura recente no ano de 2013, resgatando uma perspectiva gramsciana originada da leitura e interpretação do Professor Edmundo Fernandes Dias. As assertivas finais apontarão um brevíssimo balanço e as tarefas de pesquisa que se colocam dentro do tema delimitado para este texto.

<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-557-5.p93-112>

Como é característica da proposta ensaísta anunciada, trata-se de uma pretensão modesta e incompleta em face de contemplar resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre a compreensão da elaboração gramsciana sobre o temário internacionalista nos cadernos carcerários de Gramsci e toda a literatura mais recente que é pertinente a tal delimitação. Portanto, não se tem o objetivo de esgotar o tema, apenas iniciar sua discussão.

A idéia central a ser desenvolvida neste texto sustenta que uma abordagem do tema da hegemonia em viés gramsciano demandaria uma retomada rigorosa de seus textos carcerários e pré-carcerários. Em tal retomada, o argumento avançaria priorizando a necessidade de estabelecer nexos entre o nacional e o internacional sem o foco demasiado no Estado como se faz normalmente naquelas abordagens comumente rotuladas como “gramscianas” ou “neogramscianas”. Iniciar tal abordagem é a proposta central do empreendimento em pauta neste texto.

Faz-se uma petição de princípio que não pretende ser um dogma ou algo incoerente com o historicismo absoluto peculiar ao pensador italiano: a perspectiva gramsciana da análise do internacional deve contemplar e ir além do referencial estatal e institucional e buscar estabelecer um nexo indissolúvel com o tema do papel dirigente das classes e grupos sociais<sup>1</sup>.

Passa-se à definição de conceitos gramscianos centrais para desenvolver a linha de argumento previamente anunciada: tradução, hegemonia e sociedade civil.

## 2 TRADUÇÃO, HEGEMONIA E SOCIEDADE CIVIL

---

<sup>1</sup> Não se pode tratar a hegemonia em perspectiva que reproduza o foco, o primado e a própria hegemonia das próprias perspectivas estadocêntricas das abordagens realistas, como Robert Cox faz, ainda que por vezes de modo indireto, ao mesclar tal abordagem com o tema das classes sociais. Refere-se, por exemplo, quando Cox propõe uma contra-hegemonia formada por um bloco alternativo, terceiro-mundista de Estados à hegemonia liderada contemporaneamente pelos Estados Unidos da América (COX, 1981, p. 151-152). Sustenta-se modo alternativo que o enfoque gramsciano tem no horizonte uma nova hegemonia na perspectiva dos subalternos e não de “maquiagens” ou mudanças superficiais no plano internacional focada nos Estados. Uma nova hegemonia, de natureza efetivamente emancipadora, não passa por uma coalizão alternativa de Estados. Leva em conta colocar em relevo classes e grupos subalternos, não uma aliança que seja “o menor dos males”. Portanto não é o foco típico do Estado do realismo a ser resgatado em tal abordagem, mas sim uma perspectiva que, mesmo não sendo de efetividade imediata, aponte para sua futura superação.

Abordar os temas de hegemonia e, por extensão, de contra-hegemonia no âmbito das humanidades se tornou praticamente sinônimo de abordar o pensamento de Gramsci. Indubitavelmente o seu conceito de hegemonia é o mais usado, difundido e conhecido.

Ressalte-se, contudo, ponto importante no tocante à contra-hegemonia. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Portanto, toda ação não hegemônica visa atingir tal posição. Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. A provável razão da popularização deste conceito está associada ao seu uso pioneiro nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams (1977, p. 116). Não se trata de não aceitar o uso de tal categoria, mas de sugerir critérios para tal que poderão ser objeto de uma elaboração futura. Se não usá-la entre aspas justamente pelos motivos já arrolados – como o faz Adam David Morton (2007, p. 92, 95 e 97), como pensá-la metodologicamente à luz do próprio Gramsci?

A questão metodológica na obra de Gramsci é um empreendimento complexo. Não há apenas um recurso ou conceito no qual se possa concentrar toda a energia para, ao menos, dar conta do tema resumidamente. Em todo este esforço, uma categoria em particular merecerá a atenção. Para incorporar sem ecléticos ou de modo ahistórico ou incompatível conceitos estranhos ao seu pensamento marxista, o fundador do PCI (Partido Comunista da Itália) lançou mão de uma categoria central. A tradutibilidade ou traducibilidade ou tradução como uma reinterpretação compatível com a particularidade histórica, social e cultural é o recurso em questão. Ele serve para entender o próprio movimento de elaboração da obra gramsciana como a incorporação de outros autores estranhos ao marxismo ao seu próprio pensamento, como Quinet, Cuoco, Croce, Guicciardini, Sorel, Maquiavel, dentre outros. Entenda-se bem: tradução, historicização não significam justaposição e sim um trabalho de ressignificação e adequação a particularidades históricas destes mesmos autores e suas categorias originais para que eles não configurem um argumento eclético, uma linha de raciocínio com argumentos e definições incompatíveis com aquelas do marxismo gramsciano. Isto posto, colocar-se-ia uma indagação bastante pertinente, que demandariam

elaboração e resposta em momento futuro: como traduzir gramscianamente a perspectiva da “contra-hegemonia”?

Feita tal advertência, enuncia-se a hegemonia como uma concepção de mundo, uma perspectiva multidimensional (moral, ético-política, econômica, social, cultural, ideológica, militar) nos mais diversos âmbitos (local, municipal, estadual, nacional, continental, internacional etc.). Ela não é associada com o entendimento de maioria ou unanimidade ou identidade e pode ter formas plenas e incompletas, de acordo com sua contextualização histórica pontual. Numa forma plena da hegemonia, há o componente de força e consenso com o predomínio deste último, isto é, trata-se de dominação mais direção, coerção mais o papel dirigente de um grupo, fração de classe social ou elite. Toda manifestação da hegemonia não pode prescindir de ambos, tal como a metáfora maquiaveliana do centauro traduzida por Gramsci e tão cara ao seu pensamento: o personagem mitológico não pode subsistir sem a parte humana e sem a parte férica conjuntamente. A abrangência desta categoria no plano internacional vai muito além da preponderância ou dominação militar e econômica, caracterização comumente associada a outras definições de hegemonia. Ela é só um dos vários aspectos a serem considerados, uma vez que a hegemonia concerne também àquilo que Gramsci chama de relações moleculares (as relações sociais mais elementares no plano das distintas sociedades), passando para níveis mais amplos de abrangência das relações entre os Estados. Estas relações tomadas isoladamente, desconsiderando as classes, grupos e elites, são insuficientes para dar conta da caracterização gramsciana da hegemonia. A título de conclusão parcial, a hegemonia no plano internacional seria exercida por uma fração ou conjunto de frações de classe, grupos ou elites sobre os demais através de um Estado hegemônico. A hegemonia pode se manifestar como discurso próprio de um grupo ou estrato quando, na verdade, é originariamente pertencente a outrem. Também pode ser uma concepção de mundo dirigente muito antes de ser propriamente dominante.

Ainda na sua plenitude, no interior de um Estado a hegemonia implica na capacidade de um estrato social (grupo, fração de classe ou elite) dirigir a partir da sociedade civil todos os demais. Os demais estratos tomam a concepção de mundo dirigente como se fosse sua e tudo isso é construído consensualmente através dos aparatos “privados” de hegemomo-

nia: escolas, igrejas, mídias e diversas outras instituições. Conforme já reiterado, o consenso é acompanhado necessariamente da força e por isso há uma separação apenas metodológica entre ambos. A unidade orgânica entre força e consenso também existe entre Estado e sociedade civil, sem que necessariamente um ou outro esteja associado somente à força ou somente ao consenso. A relação dialética entre força e consenso permite situar o consenso também no Estado e a força no âmbito da sociedade civil.

Todavia, nem sempre a hegemonia assume uma forma plena. Se o conceito pleno de hegemonia na sua totalidade orgânica teórico-prática é complexo porque na história é possível assumir os mais diferentes formatos e significados, o mesmo se aplica às formas incompletas da categoria em pauta. Uma destas formas incompletas de hegemonia seria a revolução passiva, categoria bastante complexa e importante no contexto do *opus* prisional gramsciano. Ela não será tratada neste texto justamente pela dificuldade que sua definição demandaria e transcenderia em muito o espaço disponível nesta oportunidade<sup>2</sup>.

Avaliar a hegemonia no plano internacional requer considerar a unidade orgânica entre os níveis nacional e do além-fronteiras da direção de um estrato sobre os demais. A noção de hegemonia permite estabelecer o nexos no âmbito destes estratos entre os diferentes planos nacionais e a perspectiva internacional. O nacional e o internacional não são idênticos. Em texto pré-carcerário, Gramsci (*apud* MORTON, 2007, p. 1) frisou que “o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo”. O além-fronteiras segue logicamente as relações sociais fundamentais determinadas nos planos nacionais, o que significa não serem necessariamente iguais no âmbito interno e no além-fronteiras. Isto é, o desenvolvimento das distintas qualidades de produção da vida deve ser entendido no contexto da totalidade social e internacional do modo capitalista de vida, mas com as devidas temporalidades das diferenças de sua manifestação e produção nas distintas territorialidades. Assim, o econômico não acompanha necessariamente o político ou mesmo o cultural e o ideológico e assim

<sup>2</sup> Sobre a categoria de revolução passiva na obra carcerária gramsciana, consultar (BIANCHI, 2008, p. 253-296; COUTINHO, 2007, p. 191-196).

por diante. Isto tem implicações diretas para o conceito de sociedade civil, muito embora Gramsci não tenha tratado sistematicamente deste assunto em sua obra.

Não existe a abordagem de uma sociedade civil internacional no *opus* gramsciano. Uma unidade orgânica entre Estado e sociedade civil no plano nacional requereria o mesmo no plano internacional. Assim, não há um Estado internacional ou mundial ou global ou transnacional tampouco uma sociedade civil congênere. A sociedade civil e o Estado são uma unidade orgânica adequada conceitualmente para o plano nacional, mas não para o plano internacional. O conceito tem uma temporalidade que só é admissível para o nível interno de um Estado, preservadas as diversidades nacionais de sua manifestação.

Pode-se pensar componentes da sociedade civil como aspectos relevantes para as diversas manifestações históricas da hegemonia estadunidense no além-fronteiras em termos das diferentes manifestações no interior das nações. Afinal, o que seria da hegemonia norte-americana nos diferentes países e no próprio Brasil se não fosse considerado todo o aparato paradiplomático por trás dela? Seja por ação da mídia, das editoras, dos meios de comunicação, das igrejas de diferentes orientações protestantes, da conquista dos corações e das mentes com os padrões de consumo identificados de alguma forma com o ideário estadunidense? Como não considerar a importância da ação de empresários junto aos governos municipais, estaduais e de unidades federadas<sup>3</sup> em vários países de modo à convergência para a direção intelectual dos Estados Unidos? O que dizer das ações desses setores no sentido de convergir para ações econômicas e culturais no campo dos Estados Unidos? Como desconsiderar o modelo federativo dos EUA como uma referência para a burguesia e pequena burguesia e seus movimentos sociais de diversos Estados desde o século XIX, tendo sido imitado em todo o globo? Como não contemplar a “exportação” e recepção em diferentes temporalidades dos padrões de consumo, produção e sociabilidade presentes no Fordismo - conforme Gramsci (1975, p. 2137- 2182) já havia chamado a atenção ao caracterizar o início da hegemonia norte-americana nos 1930 -, padrão fundamental para a produção

<sup>3</sup> A ação de todos estes setores voltada para as relações interestatais é comumente chamada de “paradiplomacia”.

fabril e para as relações sociais em sentido mais amplo, forjando hábitos de consumo, padrões de produção econômica, comportamento e disciplina?

Nem sempre uma tradução enseja uma correspondência de um termo, idéia ou expressão de uma língua para outra. A título de hipótese de trabalho, sustenta-se que é este efetivamente o caso quando se trata da categoria “sociedade civil”. Ela não existe no plano do além-fronteiras.

### 3 A INTERPRETAÇÃO DE ROBERT W. COX

A abordagem de hegemonia internacional sob um viés “gramsciano” se tornou uma grande ironia na literatura acadêmica. Vítima de certa leitura hegemônica (no próprio sentido gramsciano) e paroquialista<sup>4</sup>, Gramsci nas relações internacionais foi aos poucos se tornando sinônimo de uma abordagem moderadamente estadocêntrica, com roupantes de um projeto político – na sua maior parte - social-democrata e keynesiano (SAAD-FILHO; AYERS, 2008, p. 114) de Robert W. Cox e seus tributários, apesar de ser equivocadamente rotulado como marxista ou neomarxista, designação explicitamente refutada pelo próprio Cox (*apud* SCHOUTEN, 2009, p. 3), na medida em que ele se vê somente como um tributário do marxismo. Por outras palavras, o que se apresenta como uma interpretação gramsciana traz consigo apenas alguns elementos do pensamento do autor italiano e outros componentes alheios a sua elaboração de cunho marxista, originários de outras fontes e em conformidade com idéias familiares apenas a Robert W. Cox. Acrescente-se a isto um ecletismo incompatível com as premissas teóricas e metodológicas gramscianas (como por exemplo, a já mencionada categoria de tradução). O ponto de partida de tal ecletismo e diferença com Gramsci pode ser percebido na formulação iniciada por Cox sobre uma teoria crítica das relações internacionais e sua diferenciação com outras teorias, por ele chamadas de *problem-solving*.

A definição pontual da teoria crítica dá notícia de uma vertente histórica, de abordagem totalizante e inserida num contexto de propósito

---

<sup>4</sup> Situado na sua própria “paróquia” intelectual, isto é, aos autores e sistemas conceituais que lhe são familiares, mas não aqueles que efetivamente explicam ou se relacionam ao autor em pauta, Antonio Gramsci. Toma-se emprestada a perspectiva da paróquia de Quentin Skinner (1969, p. 24). Um exemplo ainda mais forte de trazer Gramsci para um paroquialismo no âmbito da abordagem realista das relações internacionais pode ser encontrado em Mezzaroba (2005).

transformador por Cox, na sua oposição à ahistoricidade, à perspectiva limitadora e de manutenção do *status quo* das teorias *problem-solving* (alusivas aos enfoques realistas e neoliberais de teorias das relações internacionais). Na estrutura histórica da teoria crítica, interagem três categorias de forças: as capacidades materiais<sup>5</sup>, as idéias e as instituições (COX, 1981, p. 128-137).

Há uma significativa literatura que aponta a influência do enfoque filosófico da Escola de Frankfurt na definição coxiana da teoria crítica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005, p. 138-139; HALLIDAY, 1999, p. 67; PUGH, 2004, p. 40; JAHN, 1998, p. 616-617; MORTON, 2003, p. 153-154), ainda que o próprio autor não admita (*apud* SCHECHTER, 2002, p. 28). Todavia, nem o próprio Cox nem qualquer outro autor desenvolvem argumento para demonstrar que não existe tal parentesco intelectual.

Em outra oportunidade, foi demonstrado que as premissas fundamentais de uma teoria crítica das relações internacionais – na perspectiva de distinção entre uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* – são muito semelhantes às características que Horkheimer (1991) argumentou para diferenciar uma teoria crítica de uma teoria tradicional. Entretanto, foi apenas esboçada uma avaliação prévia de um ecletismo na formulação pioneira de Cox sobre a teoria crítica em 1981 na medida em que se justapõem dois estatutos epistemológicos distintos, ambos originários do marxismo (PASSOS, 2013), resultando num ecletismo, isto é, o

[...] uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambiguidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. Inadvertidamente, muitas vezes, utiliza-se o sinal que expressa o conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se vazio ou obscuro sem que o cientista social perceba que a sua linguagem pode dificultar a comunicação. Se tal ocorrência é grave ao nível da teoria, será gravíssima em nível metateórico ou meta-sociológico. Neste caso os conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de posturas sem qualquer influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de

<sup>5</sup> Conforme Mariutti (2013, p. 41), trata-se de categoria similar àquela de cunho marxista de forças produtivas.

significado não podem funcionar como instrumental de reconstrução teórica ou metodológica. Esta é uma caracterização, diremos que, formal do ecletismo. (OLIVEIRA FILHO, 1995, p. 263).

Por outras palavras, Cox trata de um conhecimento ou teoria crítica no âmbito das Relações Internacionais como se fosse possível tratar da mesma forma tal conhecimento usando dois autores que tratam tal tema de forma diversa e incompatível entre si. Os autores em questão, Gramsci e Horkheimer. Mesmo que Cox não cite Horkheimer, a proximidade (consciente ou não) de sua elaboração com a do filósofo alemão coloca sua teoria em estado de incompatibilidade com as possibilidades históricas vislumbradas por Gramsci no sentido da consecução de uma hegemonia identificada com uma nova sociabilidade distinta daquela da sociedade capitalista. Assim, ficaria caracterizado um ecletismo na medida em que, mesmo tratando a perspectiva crítica de forma diferente ao contemplar Gramsci e Horkheimer, Cox na prática vê que “todos os problemas podem ser trabalhados com uma teoria sintética e sistemática ou todas as teorias podem tratar do mesmo problema” (OLIVEIRA FILHO, 1996, p. 84-85). Ou seja, mais uma evidência de caracterização de um ecletismo. Até porque não são teorias que tratam do mesmo problema e sim abordagens teóricas que tratam de problemas distintos entre si sobre o conhecimento e a teorização críticas.

O estatuto epistemológico de Horkheimer (1991) de uma teoria crítica destaca a diferenciação com a teoria tradicional, fortemente associada às ciências da natureza e práticas análogas a tais ciências. Estas ciências divorciam teoria e prática, sujeito e objeto, além da alienar toda a sua historicidade. O fazer científico tradicional nas universidades e laboratórios não guardaria qualquer caráter dialético e crítico em momento algum, conforme a avaliação do filósofo alemão. O momento de reconciliação dos processos de trabalho e da racionalidade identificados com a teoria crítica levaria à emancipação humana, muito embora não fique claro em que consistiria este momento, em vista da sua análise diagnosticar uma impossibilidade revolucionária conjuntural dos anos 1930 – período da elaboração horkheimiana - e um enorme pessimismo permeado pelo nazismo, pelo fascismo, pelo stalinismo, pela iminência de uma guerra mundial e pelo refluxo dos movimentos políticos oposicionistas e dos trabalhadores.

Já o estatuto epistemológico gramsciano diverge diametralmente do congênere horkheimiano. Um conhecimento e uma teoria de caráter crítico não seria somente a reconciliação unitária e plena teórico-prática na construção do saber, mas um processo de desenvolvimento da filosofia, das ciências naturais e da superação da metafísica, da religião, do senso comum, *mesmo com seus limites* (GRAMSCI, 1975, p. 1448-1449). Portanto, pode-se partir de tais perspectivas e posteriormente superá-las. Todo tipo de conhecimento remete a uma indissolúvel unidade teórico-prática, mesmo que tal unidade não tenha alcançado seu corolário na sociedade integral ou total – o eufemismo gramsciano referente à sociedade socialista para fugir à censura carcerária. Este é o caminho para a construção de uma nova hegemonia – uma concepção dirigente de mundo a partir da sociedade civil por uma fração de classe, elite ou grupo combinando força e o predomínio do consenso nos âmbitos moral, intelectual, cultural, ético-político, econômico, social, ideológico etc. - identificada com as classes e grupos subalternos<sup>6</sup>.

A perspectiva *problem-solving* criticada por Cox ao enunciar sua teoria crítica das Relações Internacionais transformou o legado gramsciano de formulações internacionalistas exatamente naquele ponto refutado pelo Professor da Universidade de York. Um Gramsci compartimentalizado, desprovido de historicidade e do movimento peculiar da formulação de seu *opus* carcerário que acenava na própria reflexão, a despeito de seríssimas dificuldades conjunturais de sua época, para a sociedade integral. Afinal, Cox corrobora aquela leitura impingida a partir da “operação Gramsci” levada a cabo pela direção do PCI e seu secretário-geral nos anos 1950, Palmiro Togliatti (DIAS, 2012, p. 109-110). Cox se baseia nas edições temáticas disponíveis em língua inglesa perpetuada pela iniciativa de Togliatti, que organizou antologias e edições temáticas que passam a falsa imagem de uma obra gramsciana sistemática, vulgarizando e deformando vários aspectos do pensamento do comunista italiano. A organização da edição

---

<sup>6</sup> Reforça-se o sentido de hegemonia gramsciano defendido neste texto reproduzindo formulação de Edmundo Fernandes Dias (2012, p. 13): “Superar o fetichismo [a desumanização, a redução humana à condição de coisa, mercadoria] significa examinar os discursos como projetos de intervenção no real, e como sua duplicação/ocultamento. Trata-se de examinar suas especificidades, isto é, sua produção e sua interferência na cena histórica mundial. O discurso é, sempre e necessariamente, a prática de um projeto de hegemonia. Consciente ou inconscientemente. Todo e qualquer movimento político que pretenda a construção da sua hegemonia, tem que criar, necessariamente, uma leitura da história com a qual e pela qual pode apresentar-se como projeto”.

crítica dos cadernos carcerários pela equipe de pesquisadores liderada por Valentino Gerratana e publicada a partir de 1975 mostrou exatamente o oposto: o tempo da elaboração gramsciana no cárcere é fragmentário, assistemático e descontínuo. Possui textos escritos uma única vez e não retomados, classificados por Gerratana como textos “B” e textos de primeira redação, catalogados como escritos “A” e escritos de segunda redação com ou sem alterações, classificados como “C”. No contexto da citada “operação Gramsci”, a apropriação do pensamento de Gramsci serviu aos propósitos do PCI de passar uma mensagem como um partido da ordem. A noção de sociedade civil convenientemente contemplou uma definição de conquista de espaços gradativa no contexto da democracia liberal. A edição das antologias e edições temáticas gramscianas seguiu uma sequência “palatável”, partindo de um Gramsci teórico e crítico da cultura (no contexto artístico do auge do neorrealismo italiano), contribuinte de questões de manual para a pedagogia escolar para chegar, somente no final, em volume dedicado ao tema da política.

A perspectiva epistemológica de Gramsci não é compatível com o enquadramento de sua contribuição como um componente de uma soma de formulações que resultariam numa teoria. A despeito de Gramsci não ter elaborado reflexões em profusão sobre a perspectiva internacional, Cox ignora que o legado do prisioneiro de Mussolini se permite a inserir nacional e internacional numa totalidade teórico-prática. Tal unidade orgânica vislumbra elementos para desenvolvimento de análises históricas de enorme amplitude, ainda que o comunista sardo não possua uma obra carcerária contínua e sistemática e menos ainda direcionada ao temário do além-fronteiras. Assim, Gramsci e suas formulações não seriam coerentes com o enquadramento de Cox, que os vê como mais uma peça (dentre vários outros autores) do quebra-cabeças de sua teoria crítica. . As indicações metodológicas gramscianas contidas no opus carcerário acerca da necessidade de revisar, desenvolver e continuar a “tradução” de suas análises e categorias são mais um argumento no sentido de uma perspectiva crítica e contínua de elaboração e desenvolvimento de seu aparato teórico-prático. Portanto, além da unidade teórico-prática, do nexos orgânico nacional-internacional, há a continuidade crítica e coerente com as transformações históricas que o desenvolvimento das categorias e análises gramscianas ensejam.

A formulação gramsciana permite entender que qualquer elaboração teórica ou prática remetem a um nexos entre teoria e prática, ainda que a formulação originária, de cunho teórico ou prático, não defina a si própria de tal forma.

Toma-se o ensejo da unidade orgânica na perspectiva gramsciana, que se aplica também aos conceitos de Estado e sociedade civil. Ao enunciar os princípios de sua teoria crítica, Cox (1981, p. 126) menciona corretamente a unidade entre Estado e Sociedade Civil tal como Gramsci definiu em sua obra. Os problemas na análise coxiana aparecem quando ele menciona sua tese de internacionalização do Estado. Conforme Cox, tal perspectiva explicaria parcialmente a hegemonia norte-americana na medida em que a internacionalização de estruturas estatais compatíveis com a harmonização com as políticas estadunidenses (COX, 1981, p. 144-146). A dificuldade que tal análise põe em evidência – mas que não está na agenda intelectual de Cox - remete ao já mencionado entendimento de não haver uma unidade orgânica em nível internacional envolvendo Estado e sociedade civil.

Outro ponto que exemplifica o limitado conhecimento coxiano da obra de Gramsci diz respeito ao tema do intelectual orgânico como mentor de movimentos e partidos políticos (COX, 2002, p. 37). Fazendo jus a Gramsci de modo mais acurado, a definição mencionada de Cox não se coaduna necessariamente com aquela encontrada nos cadernos carcerários, tendo em vista que o intelectual orgânico desempenha teórica e praticamente papel fundamental na organização, produção e reprodução de uma dada sociedade em seu modo de vida específico (GRAMSCI, 1975, p. 1514-1517).

Este tema serve de pretexto para a discussão de ponto importante do presente ensaio: como esboçar à luz de Gramsci a questão da hegemonia no século XXI sobre o papel dirigente das classes e grupos sociais? Como apontar elementos para buscar suprir ao menos inicialmente a lacuna referente a uma análise no âmbito da hegemonia sob a chave gramsciana na conjuntura histórica em questão?

#### 4 EDMUNDO FERNANDES DIAS E O RESGATE DA PERSPECTIVA GRAMSCIANA SOBRE AS CLASSES E GRUPOS SUBALTERNOS: PARA O INÍCIO DE UMA ABORDAGEM SOBRE UMA NOVA HEGEMONIA NOS PLANOS NACIONAL E INTERNACIONAL

Em conformidade com ponto já desenvolvido anteriormente referente à unidade teórico-prática que conforma qualquer concepção de mundo em ótica gramsciana, cite-se formulação amplamente conhecida e de enorme relevo do comunista italiano: “Todo homem é intelectual.” (GRAMSCI, 1975, p. 1516).

Qualquer forma de trabalho físico, braçal guarda uma relação com um mínimo que seja de atividade intelectual criativa na acepção gramsciana. Abordar o papel emancipador dos grupos e classes subalternas no escopo temporal anunciado neste texto requer partir desta idéia amplamente conhecida de Gramsci, mas pouquíssimo compreendida e desdobrada, aspecto amplamente discutido pelo falecido Professor da Unicamp Edmundo Fernandes Dias.

Uma unidade teórico-prática na perspectiva gramsciana não poderia declinar de tratar que todo homem encarna tal conjunto orgânico, sendo, portanto um intelectual. O ponto para o qual Dias (2012) chama a atenção está na tradição marxista de enxergar os intelectuais dos grupos e classes subalternos como externos àqueles que lutam pela emancipação. O cerne da leitura de Dias que se pretende desenvolver e tomar como ponto de partida para o tema do artigo remete a uma formulação de Gramsci que torna viável e possível, como parte de um processo pedagógico, de reforma intelectual e moral, a saber, serem os subalternos os sujeitos de seu próprio discurso, prática e elaboração teórica referente à sua autonomia. Passarem de uma perspectiva da hegemonia que Gramsci chama de econômico-corporativa, em que prevalecem os interesses imediatos, de caráter grupal e economicista, para aquele que refere ao seu próprio conceito e concepção de mundo superando aquela que lhes compartilhada e imposta pelos outrora hegemônicos. Tal perspectiva de uma nova concepção de mundo seria chamada por Gramsci como a do momento ético-político.

Não é isto que é encontrado, na maioria dos casos, no âmbito dos partidos, organizações e militantes marxistas e socialistas. A questão dos intelectuais é externa àqueles a serem emancipados. Não se colocou no

horizonte a construção de seus próprios intelectuais orgânicos pelos grupos e classes subalternos. Em outras palavras, dando voz a Edmundo Dias:

Aqui, querendo-o ou não, consciente ou não, Lenin prestou um desserviço ao aceitar a tese kautskiana “da importação”, pela qual os proletários não poderiam elaborar sua teoria revolucionária. [...] *O pensamento dos subalternos não pode deixar de ser subversivo se quiserem transformar sua subjetividade em objetividade nacional e depois universal. O nome clássico desse processo é revolução.* Quando uma visão anti-intelectualista abstrata se instala nos subalternos ela os encaminha para a derrota. Nada de fatal, é claro, mas trata-se de uma forte possibilidade. Quando o pensamento socialista afirma que o saber vem de fora da classe pela ação dos intelectuais burgueses nega-se a autonomia dos subalternos, cria-se um fosso entre direção e base, uma crise de direção. (DIAS, 2012, p. 67-70, grifo do autor).

Dias se refere à tese leniniana (LENIN, 1982) do partido (no sentido estrito da palavra, como organização política, e não no sentido mais amplo usado por Gramsci) como vanguarda prática e intelectual da classe operária e que lhe é exterior. Ao mesmo tempo, Dias remete a uma visão quase “fatal” ou fatalista (como sinonímia de inevitável) defendidos pela direção dos movimentos sociais e partidos socialistas que privilegiam uma visão praticista e empiricista e que desprezam a formulação teórico-prática que dá voz aos subalternos. Forjar as consciências a partir de si próprios, de suas carências vistas em âmbito histórico-coletivo e não a partir de uma perspectiva de ação focada na questão das classes e da exploração capitalista de um modo abstrato e desconexo do mundo de “carne e osso” dos subalternos. Dar sentido a conceitos, categorias é um movimento abstrato-concreto indissolúvel na melhor perspectiva gramsciana para que não fique desconexa a relação entre a direção e a base destes movimentos e organizações.

Conforme foi escrito acima sobre o processo de conformação de uma nova hegemonia e um conhecimento crítico, trata-se de um processo que se leva em conta seus limites e parte do estágio concreto em que se encontra. Inclusive, parte-se da visão metafísica e religiosa de mundo com vistas a uma superação e construção de um novo conhecimento crítico. Todos serem intelectuais remete a considerar no processo pedagógico de reforma moral e intelectual dos subalternos tal perspectiva. Parte-se do que existe. Trata-se de um processo que necessariamente contempla sua

voz, sua perspectiva teórico-prática por mais incipiente que seja. Uma direção não pode partir de uma orientação que faça sentido somente para si própria, sob pena de não compreender e não remeter ao real que lhe deve servir de referência e orientação.

Neste sentido, dar voz àqueles que não se manifestam, não se mobilizam e que não são contemplados é parte deste processo. Estudantes, trabalhadores assalariados e precarizados, sem-terra, sem-teto, marginalizados, camponeses, índios, negros, grupos minoritários e majoritários, mulheres etc. em todos os níveis no mundo todo ou quaisquer outros grupos, setores, frações de classe numa condição subalterna são vistos muitas vezes como “despolitizados” ou “alienados” uma vez inseridos no movimento real em que participam, nas suas pesquisas, grupos de estudo, de ajuda, de crenças, locais de trabalho e de moradia. A desqualificação do discurso dos subalternos é algo, diga-se de passagem, muito presente na liderança dos movimentos e partidos e naqueles definidos por Gramsci como intelectuais tradicionais, ou seja, os intelectuais profissionais, acadêmicos, que possuem inserção nas universidades e são chamados erroneamente de intelectuais orgânicos. O ecletismo que muitas vezes permeia os discursos dos intelectuais tradicionais e das lideranças políticas é claramente um sintoma do distanciamento em relação às questões mais concretas e das bases, dos subalternos que eles pretensamente representam. Isto também reafirma a perspectiva da ausência de uma unidade coerente entre empiria e teoria, entre a base histórica concreta de uma dada particularidade e os aspectos conceituais abstratos que dialeticamente dariam conta da materialidade.

Muito poderia ser mencionado sobre vários movimentos sociais em nível nacional e internacional e sua importância no sentido de buscar construir uma nova hegemonia. Movimentos importantes que ocorreram no Brasil em 2013, com milhões de pessoas nas ruas (a maioria jovens) nas jornadas de junho iniciadas como protesto contra reajuste de passagens em ônibus, gigantescas manifestações também na Turquia, no Egito e outros lugares no planeta. Mesmo assim, há muito a ser feito para dar voz a muitos setores nestas e noutras localidades.

Conforme anunciado, a perspectiva internacional de construção de uma nova hegemonia a partir dos subalternos será esboçada e, neste sentido, dar-se-á espaço à interpretação de Edmundo Fernandes Dias. Ainda

que longa a menção, sua reprodução é imprescindível para o argumento aqui defendido:

[...] trabalha-se no interior do campo da subjetividade subalternizada falando-se a grupos e nações distintos, traduzindo a linguagem universal – a do mercado capitalista – nas linguagens dos subalternos produzindo assim uma cumplicidade que em longo prazo é muito mais eficaz que intervenções militares ou golpes de estado. O segredo é simples, falar dos subalternos, com eles, mas transmitindo mensagens que não são as deles.[...]

Insisto: para além da questão mercantil o fundamental é a imposição de um horizonte ideológico. Padrões mentais que se traduzem em modos de vida decidem, em grande medida, da possibilidade ou não da soberania dos subalternos, de culturas, povos e nações. Lembremos que enquanto a tiragem de um autor de país hegemônico, ou de obras publicadas naqueles idiomas, é da ordem de vários milhares de exemplares, a edição, em nosso país de autores nacionais (salvo os chamados best sellers) quando muito se aplica de um a três mil exemplares. [...]

A demonstração dessa hegemonia sem hegemonia coloca a necessidade de refletirmos sobre os destinos não apenas das classes trabalhadoras em escala mundial, mas até mesmo da possibilidade de autonomia, mesmo que super-relativizada, dos ditos estados nacionais. Contrariamente às teses da morte do estado nacional, este está mais forte do que nunca. Sua necessidade como correia de transmissão do capitalismo financeirizado está acima de qualquer dúvida. A revolução não é, portanto, um programa maximalista, mas a condição mesma de existência das classes trabalhadoras. Recusar o discurso neoliberal é permitir-se atuar com o mínimo de eficácia. O chamado “complexo de vira lata” é a concretização da heteronomia planetária [...]

Falamos e m construção de múltiplas mediações. As classes não são grandes corpos homogêneos. Vivem o universo de sua cotidianidade em meio a múltiplas determinações como etnias, gêneros, crenças, etc. Nada há de automático nas classes. O poder de uma classe usa e abusa dessas mediações como forma de organização/desorganização dos seus componentes chegando – com relativa facilidade – a construir divisões no seio da classe oponente [...]. (DIAS, 2012, p. 140, 142, 146, 147 e 160, grifo do autor)

Edmundo não está tratando do projeto emancipador e revolucionário como um maximalismo, um devir inevitável, determinista, evolucionista, positivista e automático. Aborda-o como possibilidade alternativa à

visão de mundo de inferioridade perante o estrangeiro imperialista político, econômico, simbólico ou tudo aquilo que é externo ao próprio discurso dos subalternos, ou mesmo dominador. Aquilo que aludiu ao “complexo de vira lata” de Nelson Rodrigues. Dar um conteúdo concreto à emancipação em termos internacionais passa pela consideração dos Estados em sua contextualização no interior da rede internacional do capital financeiro, a fusão entre capital industrial e capital bancário. Uma luta contra tudo isso em termos concretos passa pela cotidianidade das múltiplas causas que efetuam a mediação da organização das classes e suas várias cisões internas. Não se fala de classe em termos abstratos e sim termos do dia-a-dia e suas múltiplas determinações. Trata-se de uma luta que não é uma hegemonia monolítica e completa. É um processo incompleto – “hegemonia sem hegemonia”, no dizer de Dias (2012). Compreender tudo isto e direcionar para a luta emancipadora em escala global nas suas particularidades e temporalidades dando voz aos subalternos. Em linhas gerais, este é o desafio em âmbito internacional em termos da construção de uma nova hegemonia sob a direção das classes e grupos subalternos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste ensaio, buscou-se esboçar alguns dos limites para classificar como “gramsciana” ou “neogramsciana” a formulação de Robert W. Cox. O ecletismo e o projeto político de Cox, ainda que velados, aliados ao seu desconhecimento do *opus* pré-carcerário e prisional, são os maiores senões para possibilitar que se identifique a contribuição do cientista político como fiel àquela do comunista sardo.

A obra de Gramsci não é imanente, não faz sentido somente em sua conjuntura específica de elaboração. O seu historicismo vislumbra a aplicação e ressignificação de suas categorias para outros tempos e particularidades históricas. Este é o sentido da tradução das categorias gramscianas, bem como a incorporação de modo histórico, ressignificado e não eclético de outras fontes para o seu marxismo.

O fato de Cox ignorar a obra de Gramsci e dar-lhe um tratamento eclético é exemplar para a cisão que existe entre o discurso das lideranças socialistas e seus representados, impedindo e derrotando os anseios das

classes e grupos subalternos - no sentido mais amplo – de construir uma sociabilidade nova e radical oposta ao modo capitalista de vida, contemplada numa hegemonia, uma verdadeira concepção de mundo, compatível com a sociedade integral. Aquilo que designava, no dizer gramsciano, a sociedade socialista. Não há articulação adequada entre teoria e empiria, entre lideranças e liderados. A tese leninana de uma vanguarda exterior aos hegemonizados, na prática, se presta a uma derrota e a uma impossibilidade de verdadeira emancipação dos subalternos. Para que tal emancipação se dê, deve-se dar voz aos subalternos e buscar a luta a partir deles, com o processo pedagógico de formação de uma nova hegemonia perpassado por uma reforma e intelectual que protagonize o fazer e o teorizar dos próprios dominados.

Pensar e atuar em perspectiva gramsciana com vistas à construção de uma nova hegemonia implica em pensar o universal como internacional a partir de sua objetividade nacional. Contudo, não se pode cair na armadilha de um ecletismo desconexo da concretude que permita aproximar, por exemplo, a vertente que usa as formulações de Gramsci, a teoria crítica de Cox, e o complexo teórico-prático gramsciano que alia argumentos da análise do internacional com o nacional de modo mais rigoroso. A teoria crítica se aproxima de uma versão recente do liberalismo na medida em que se prescreve soluções globais e universais como forma de acobertar relações particulares de injustiça e exploração. A emancipação pensada também no plano internacional requereria uma ponderação sobre as particularidades históricas, de grupos e classes e seus respectivos papéis na luta por emancipação (JAHN, 1998: p. 638). Assim, aliar nacional e internacional na perspectiva de uma nova hegemonia coloca grandes tarefas de construção de uma nova sociabilidade sob a perspectiva dos grupos e classes subalternos.

## REFERÊNCIAS

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*, São Paulo: Alameda, 2008.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COX, R. W. Social forces, States and world orders: Beyond international relations theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

\_\_\_\_\_. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002.

DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Org.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 137-160.

DIAS, E. F. *Revolução passiva e modo de vida: ensaios sobre as classes subalternas, o capitalismo e a hegemonia*. São Paulo: Sundermann, 2012.

GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HORKHEIMER, M.. Teoria tradicional e teoria crítica. In: \_\_\_\_\_. ; ADORNO, T. W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Os Pensadores, 16).

JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 27, p. 613-641, 1998.

LENIN, V. I. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 79-214. V. 1.

MARIUTTI, E. B. *Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2013. (Texto para Discussão, n.218).

MEZZARROBA, O. (Org.). *Gramsci: Estado e relações internacionais*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

MORTON, A. D. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Social forces in the struggle over hegemony: neo-gramscian perspectives in international political economy. *Rethinking Marxism*, v. 15, n. 2, p. 153-179, apr. 2003.

\_\_\_\_\_. A geopolítica do sistema de Estados e o capitalismo global em questão. *Revista de Sociologia e Política*, n. 29, p. 45-62, 2007.

OLIVEIRA FILHO, J. J. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. *Revista USP*, n.29, p. 82-85 mar/maio, 1996.

\_\_\_\_\_. Patologia e regras metodológicas. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, p. 263-268, 1995.

\_\_\_\_\_. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n.107, p. 263-276, 1976.

PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 2, p. 1-19, 2013.

PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring, 2004.

SAAD-FILHO, A.; AYERS, A. J. Production, class and power in the neoliberal transition: a critique of Coxian eclectism. In: AYERS, A. (Ed.). *Gramsci, political economy and international relations theory: modern princes and naked emperors*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. p. 109-132.

SCHECHTER, M. G. Critiques of coxian theory: Background to a conversation In: COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*, New York: Routledge, 2002. p. 1-25.

SCHOUTEN, P. *Theory Talk #37: Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in international relations*, 2009. Disponível em: <<http://www.theorytalks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>, (12-03-2010). Acesso em: 14 set. 2010.

SKINNER, Q. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n.1, p. 3-53, 1969.

WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.